

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

6JECIVBSB

6º Juizado Especial Cível de Brasília

Número do processo: 0755921-19.2019.8.07.0016

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: _____

REU: _____

SENTENÇA

_____ ajuizou ação pelo rito sumaríssimo em face de _____. Narra a autora que, em fevereiro/2019, entabulou com a requerida contrato de prestação de serviços, tendo como objeto o cuidado da cadela da cadela da ré, durante todo o dia, pelo valor de R\$450,00, visto que o animal tem episódios de “surtos psicológicos”, caso fique sozinha, se machucando e danificando a casa.

Afirma que na sua residência isso não ocorria, porque estava sempre acompanhada e tem um cão com o qual a cadela da requerida muito simpatiza. Que, em junho/2019 informou a requerida da necessidade de alterar os termos do contrato, tendo em vista que iria começar um curso no período matutino, sendo que manteria apenas a cadela da requerida com o seu cãozinho durante quatro horas, e reduziria o valor da mensalidade em R\$100,00, o que foi aceito pela ré, com alegria, já que teria a prestação do serviço e ainda pagaria um valor menor.

Prossegue a autora relatando que, no mês de novembro, a requerida teve que viajar e, em razão do período chuvoso na cidade, a cadela, em mais de três oportunidades, apresentou surtos, quebrando objetos, derrubando estantes, e qualquer objeto que encontrasse pela frente. Além disso, se as chuvas ocorressem de madrugada, o animal se tornava agressivo, batia na requerente e em seu marido, urinava em cima deles e gritava, chorava e arranhava, provocando barulho ouvido pela vizinhança.

Que, diante do quadro presenciado, informou à requerida que não mais poderia prestar o serviço, especialmente porque perturbava o sono do seu esposo. Que devolveria o valor proporcional àquele mês, visto que os serviços foram prestados até o dia 06/11/2020.

Acresce que a requerida declarou que viajaria no dia 07/11, mas providenciaria alguém para cuidar da cadela e pediu que a autora permanecesse com ela até as 15 horas do dia 07/11, quando um rapaz a buscaria e pegaria o valor correspondente ao ressarcimento. Que a cadela provocou danos consistentes na quebra da TV, no valor de R\$1.800,00, uma grade de proteção da janela, R\$200,00, um globo da Disney, R\$60,00 e danificou o aspirador, R\$100,00.

Ao final, requereu a condenação da requerida a ressarcir o prejuízo material, R\$2.160,00, além de compensação pelos danos morais suportados, R\$1.000,00.

Devidamente citada, a requerida apresentou tempestiva contestação, id 68493322, na

qual rebate a alegação de que a cadela teria derrubado uma tv de 43 polegadas. Afirma que a cadela voltou muito mais transtornada e que possivelmente tenha sido negligenciada pela autora, e tenha ficado sozinha por muito tempo. Que o contrato foi rompido unilateralmente pela autora, a qual ficou de devolver o valor referente a seis diárias, mas não o fez.

Assevera que a autora tinha o dever de cuidar, vigiar e prestar atenção na belinha, e que o peso do objeto danificado poderia ter matado o animal. Requereu o julgamento de improcedência do pedido da autora.

Formulou pedido contraposto para que a autora seja condenada a pagar o valor de R\$1.070,00 correspondente ao valor adiantado em 01/11/2019, R\$390,00, veterinário, R\$300,00, mais a complementação para o novo cuidador, R\$380,00, além de compensação por danos morais, importando a condenação no valor de R\$5.170,00.

Réplica id 68794537.

É o relato do necessário.

O feito comporta julgamento, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Civil, pois, após ampla dilação probatória, as partes trouxeram aos autos os documentos que julgaram necessários ao deslinde da questão, e disseram não ter outras provas a produzir.

Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, passa-se ao exame do mérito.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é de natureza paritária, razão pela qual serão aplicadas à análise justa da lide as disposições do Código Civil e leis civilistas. Nos termos do art. 936, "o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior".

Para análise justa do feito, cumpre destacar algumas considerações acerca da distribuição do ônus da prova entre as partes do processo. O ônus de provar recai sobre quem tem o interesse em afirmar. Assim, a regra adotada pelo direito brasileiro é de que ao autor caberá o ônus de provar os fatos constitutivos do seu direito, enquanto ao réu restará a comprovação da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373 do CPC).

Por fato constitutivo, entendem-se aqueles que têm a eficácia de constituir a relação jurídica, ou seja, os que dão vida a uma vontade concreta da lei e à expectativa de um bem por parte de alguém. São fatos impeditivos aquelas circunstâncias que impedem o efeito normal esperado, ou seja, possuem natureza negativa, sendo situações que, quando ocorrem, fazem com que o efeito da constituição do próprio direito não se produza. Os fatos modificativos são os que possuem a eficácia de modificar a relação jurídica. Por último, os fatos extintivos são os que têm a eficácia de fazer cessar a relação jurídica.

No caso em análise, a autora pretende ser ressarcida pelos prejuízos decorrentes de surto ocorrido com a cadela da requerida, que culminou na destruição de bens materiais na residência da autora. Pelas conversas feitas no aplicativo whatsapp, inseridas pela autora com a inicial, depreende-se que houve, de fato, a contratação dos serviços da autora, consistentes no cuidado com a cadela da

requerida, a qual demonstra intolerância a permanecer sozinha, precisando de assistência em tempo integral.

Também restou demonstrado que a autora renegociou o contrato para redução do valor, face a necessidade de ausentar-se no período matutino, deixando a cadela em companhia de seu cachorro, o que foi aprovado pela autora.

Ocorre que, a requerida tinha conhecimento do descontrole da cadela diante da ocorrência de chuvas, ficando transtornada a ponto de, mesmo acompanhada e humanos e outro cachorro, tornar-se agressiva e provocar destruição, sem contar o fato de urinar em locais impróprios. Registre-se que a informação foi confirmada pela testemunha MARCELI PINHEIRO, id 72617643, pg 3, que declara que “a cadelinha apresentava um comportamento anti-social, mas depois que passou a frequentar a casa da autora passou a apresentar um comportamento mais sociável inclusive brincava bastante com o cachorro da depoente”.

Já o informante do Juízo, Sr. Fernando Pires de Melo Júnior, declarou que “a cadelinha fazia uso de medicação pela manhã e à noite em razão do estresse que sofria quando chovia; que não sabe informar porque a cadelinha tinha que tomar o medicamento; que nunca acompanhou a ré em consulta no veterinário; que atualmente a cadela toma a medicação no prazo de setenta e duas horas, (...) que a cadela durante a chuva fica ofegante, andando de um lado para o outro; que não tem certeza mas nos primeiros meses ela não tomava medicação; que já cuida da cadela há quase um ano; que no auge do estresse a cadela subiu no sofá e fez xixi, esse foi o ápice do comportamento de surto da cadela.”

Como se observa, ainda depois de medicada, a cadela apresenta quadro de ansiedade quando o tempo fica chuvoso. Dessa feita tenho como aplicável ao caso em análise, a teoria da verossimilhança preponderante, caso em que o julgamento levará em conta a situação que mais provavelmente tenha acontecido, ainda que não demonstrada de forma cabal. Isso para evitar uma solução com base em presunções, nas situações em que seria exigida a produção de prova diabólica de quem tivesse o ônus probatório. Portanto, devido o ressarcimento dos valores decorrentes do prejuízo provocado pelo animal da requerida.

Contudo, forçoso destacar que as perdas e danos, nos moldes do que preconiza o art. 402 do CC/02, incluem os danos emergentes, estes caracterizados pelo efetivo decréscimo patrimonial experimentado pela vítima, bem como os lucros representados pelo que a vítima razoavelmente deixou de ganhar.

Quanto ao dano emergente, este é preciso ser efetivo para ser reparado (artigos 402 e 403, CC e art. 6º, VI, CDC), e por dano efetivo, entende-se aquele devidamente comprovado. Assim, o comprovado o gasto com o aparelho de televisão, no valor de R\$ 1.888,00 (mil, oitocentos e oitenta e oito reais), este deve ser reparado (ID. nº 51082352).

No que se refere ao pedido de indenização, a autora pleiteia a reparação por danos morais em razão do ocorrido com a cadela da requerida. Sabe-se que o dano moral indenizável é aquele que afeta os direitos da personalidade, assim considerados aqueles relacionados com a esfera íntima da

pessoa, cuja violação causa humilhações, vexames, constrangimentos, frustrações, dor e outros sentimentos negativos.

Pode ser definido como a privação ou lesão de direito da personalidade, independentemente de repercussão patrimonial direta, desconsiderando-se o mero mal-estar, dissabor ou vicissitude do cotidiano, sendo que a sanção consiste na imposição de uma indenização, cujo valor é fixado judicialmente, com a finalidade de compensar a vítima, punir o infrator e prevenir fatos semelhantes que provocam insegurança jurídica.

No presente caso, o fato como ocorrido não fundamenta dano moral, sob pena de banalização do instituto, a despeito da situação vivenciada pela autora, notadamente pelo fato de a requerida não ter assumido a responsabilidade pelos danos causados pela sua cadela.

No caso, o dano moral não se configura “in re ipsa”, ou seja, não decorre diretamente da ofensa. Assim, embora reconheça que a situação tenha trazido aborrecimentos a autora, tal fato não foi suficiente para ofender-lhe a dignidade ou a honra. Até porque, deve se ter em conta que nem todos os fatos que as pessoas particularmente consideram desagradáveis e/ou constrangedores são aptos a caracterizar o dever de indenizar.

Inexistindo, na hipótese, situação que caracterize a ocorrência do dano moral indenizável, impõe-se a improcedência deste pedido.

Analisando o pedido contraposto formulado pela requerida, consistente na condenação da autora a pagar o valor de R\$5.170,00 correspondente ao valor adiantado em 01/11/2019, R\$390,00, veterinário, R\$300,00, mais a complementação para o novo cuidador, R\$380,00, mais compensação por danos morais, importa esclarecer que a Lei de Regência dos Juizados Especiais (9.099/95) faz alusão ao pedido contraposto em seu art. 31, assim dispondo: “*Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.*”

Deste artigo, extrai-se que o pedido contraposto integra a contestação e tem por requisito essencial estar fundado nos mesmos fatos que embasam o pedido originário, ou seja, deve encontrar fundamento nos fatos que justificam o pedido inicial.

Na situação em análise, verifica-se que a cadela da ré foi a causadora dos prejuízos experimentados pela autora, não sendo possível acolher o pedido de condenação da autora ao pagamento do prejuízo material ou moral, consubstanciado na afirmação de que a autora não tenha agido nos termos do contrato entabulado entre as partes, cujo objeto era o cuidado com o animal de propriedade da requerida, vez que o animal torna-se incontrolável em situações que provocam estresse, no caso, a ocorrência de chuvas. Portanto, impõe-se o julgamento de improcedência do pedido contraposto.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, resolvendo o mérito na forma do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na petição inicial para condenar

a requerida a pagar a autora o valor de R\$1.888,00 (mil, oitocentos e oitenta e oito reais), cujo valor deverá ser corrigido pelo INPC, e acrescido de juros de 1% a.m., desde a citação.

JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto.

Sem custas ou honorários, na forma do artigo 55, caput, da Lei 9099/95.

Após o trânsito em julgado, intime-se a requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do montante a que foi condenada, sob pena de sujeição à multa de 10% (dez por cento), na forma do disposto no §1º artigo 523 do Novo CPC.

Após, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Sentença registrada eletronicamente. Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de outubro de 2020.

Marília de Ávila e Silva Sampaio

Juíza de Direito

Assinado eletronicamente por: MARILIA DE AVILA E SILVA SAMPAIO

27/10/2020 18:11:59

<https://pje.tjdft.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> ID do documento: 75646342



20102718115979800000071377465

IMPRIMIR

GERAR PDF